

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v20i36.1053>

***A HISTÓRIA DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS DO SÉCULO XIX (1843-1898)<sup>1</sup>***

***THE HISTORY OF THE DISCOVERY OF BRAZIL IN THE TEXTBOOKS OF THE 19TH CENTURY (1843-1898)***

***LA HISTORIA DEL DESCUBRIMIENTO DE BRASIL EN LOS LIBROS DE TEXTO DEL SIGLO XIX (1843-1898)***

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6240-2262>

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP)

Professor do PPGE da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Titular da Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Fortaleza/Ceará/Brasil

[gisafranjuca@gmail.com](mailto:gisafranjuca@gmail.com)

EDVALDO COSTA RODRIGUES

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0312-6330>

Doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

Fortaleza/Ceará/Brasil

[ecostarodrigues@yahoo.com.br](mailto:ecostarodrigues@yahoo.com.br)

**Resumo:** O descobrimento do Brasil e as primeiras explorações são conteúdos básicos encontrados em todo livro didático voltado para a educação básica, a ordem em que aparecem nos sumários depende muito da organização de cada autor, o que não interfere na construção do conhecimento histórico. Sabe-se que, desde o século XVI, começaram a circular os primeiros livros narrando os acontecimentos do Brasil no período Colonial, a exemplo da *História do Brasil (1500-1627)*, de Frei Vicente do Salvador, escrita em 1627. No entanto, é a partir do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Colégio Pedro II, que a história se torna uma disciplina escolar e publica-se o primeiro livro de História do Brasil sob a égide do IHGB, trata-se da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, os dois primeiros volumes dessa obra foram publicados ainda em vida desse historiador, nos anos de 1854 e 1857. Tal obra foi considerada o marco da historiografia nacional brasileira e influenciou a escrita de vários livros didáticos de História do Brasil. Para a construção deste artigo, analisamos seis livros didáticos, publicados entre os anos de 1843 e 1898, tendo por objetivo apresentar a história do descobrimento do Brasil à luz dos livros didáticos escritos no século XIX, refletindo sobre o conhecimento divulgado pelos autores e suas intencionalidades em se tratando do contexto da época. A partir da análise do conteúdo, foi possível perceber que os livros seguiram a mesma historiografia nacionalista produzida por Varnhagen, acrescentaram pouca informação ao conhecimento já produzido, ademais não houve críticas quanto a produção dos pares, o máximo foram discordâncias em alguns pontos com base em outras leituras.

**Palavras-chave:** Brasil Colônia. Livros didáticos. Ensino de História.

**Abstract:** The discovery of Brazil and the first explorations are basic contents found in every textbook aimed at primary education, the order in which they show up in the summaries depending a lot on the organization of each author, which does not interfere with the construction of historical knowledge. It is known that, since the 16th century, the first books narrating the events of Brazil in the Colonial

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em janeiro de 2023 e aprovado para publicação em maio de 2023.

period start to circulate, such as the History of Brazil (1500-1627), by Friar Vicente do Salvador, written in 1627. It is from the 19th century onwards, however, with the creation of the Brazilian Historical and Geographical Institute (IHGB) and the Colégio Pedro II, that history becomes a school subject and the first book on the History of Brazil is published under the aegis of the IHGB, that being General History of Brazil, by Francisco Adolfo de Varnhagen, the first two volumes of this work were published while this historian was still alive, in the years 1854 and 1857. This work was considered the landmark of Brazilian national historiography and influenced the writing of several textbooks on Brazilian History. For the construction of this article, we analyzed six textbooks, published between 1843 and 1898, with the objective of presenting the history of the discovery of Brazil in the light of textbooks written in the 19th century, reflecting on the knowledge disseminated by the authors and their intentions. in terms of the context of the time. From the content analysis, it was possible to perceive that the books followed the same nationalist historiography produced by Varnhagen, added little information to the knowledge already produced, in addition there was no criticism regarding the production by peers, at most there were disagreements on some points based on other readings.

**Keywords:** Brazil Colony. Didactic books. History Teaching.

**Resumen:** El descubrimiento de Brasil y las primeras exploraciones son contenidos básicos que se encuentran en cualquier libro destinado a la educación básica. El orden en que aparecen en los resúmenes depende mucho de la organización de cada autor, lo cual no interfiere en la construcción del conocimiento histórico. Se sabe que, desde el siglo XVI, comenzaron a circular los primeros libros que narran los acontecimientos de Brasil en la época colonial, como la historia de Brasil (1500-1627), de Fray Vicente do Salvador, escrita en 1627. a partir del siglo XIX, con la creación del Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) y del Colegio Pedro II, esa historia se convierte en materia escolar y se publica el primer libro oficial de Historia de Brasil validado por el IHGB. Este libro trata sobre la historia general de Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Los dos primeros volúmenes de esta obra fueron publicados por el historiador, aún en vida, en los años 1854 y 1857. Esta obra fue considerada el hito de la historiografía nacional brasileña e influyó en la escritura de varios libros de historia de Brasil. Para la construcción de este artículo, analizamos seis libros, publicados entre 1843 y 1898, con el objetivo de presentar la historia del descubrimiento de Brasil a la luz de estos libros escritos en el siglo XIX, reflexionando sobre el conocimiento difundido por los autores y sus intenciones en términos del contexto de la época. Del análisis de contenido se pudo percibir que los libros siguieron la misma historiografía nacionalista producida por Varnhagen, agregaron poca información al conocimiento ya producido y ningún autor criticó la producción de sus pares, la máxima fue presentar disconformidad con base en otras lecturas.

**Palabras clave:** Brasil colonial. Libros didácticos. Enseñanza de la historia.

## **Introdução**

Este texto faz parte de uma pesquisa de Doutorado em Educação, ora em andamento na Universidade Federal do Ceará (UFC) e desenvolvida na linha de pesquisa História e Educação Comparada (LHEC). A pesquisa investiga a historiografia do Brasil em livros didáticos publicados no século XIX, notadamente entre os anos de 1843 e 1898. A escolha do recorte temporal considerou três pontos fundamentais. O primeiro considera que foi no século XIX que a história se tornou ciência, profissão e disciplina acadêmica e escolar, especializando-se, além disso, a ponto de passar da análise puramente interpretativa e filosófica dos fatos a uma fundamentação com base em método científico.

O segundo ponto atrela o ensino de História do Brasil e a produção de livros didáticos ao contexto e às demandas do país no século XIX, posto que, apesar de o Brasil ter se tornado um país recém-independente politicamente de Portugal, em 7 de setembro de 1822, faltava-lhe sua história nacional. Essa história contribuiria para a construção do Estado nacional e a criação de uma identidade para o povo brasileiro, projetando o Brasil no contexto das nações civilizadas. Já o terceiro ponto considera que, no Brasil, os primeiros livros de História do Brasil foram oficializados por duas importantes instituições intelectuais fundadas no século XIX: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II, ambos criados na década de 1830.

Coube ao IHGB pensar o Brasil, escrever a história e guardar a memória nacional. Na instância desse instituto, foram elaborados dois importantes trabalhos de caráter historiográfico sobre o país: a dissertação de Carl Friedrich Philipp von Martius, intitulada *Como se deve escrever a História do Brazil*, de 1843, e o livro *História Geral do Brazil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicado em 1854. Quanto ao Colégio Pedro II, essa instituição modelar de ensino público secundário tornou a história uma disciplina escolar, elaborou programas de ensino e livros didáticos, os quais foram adotados pelas escolas do Império.

A pesquisa, de caráter documental, teve o seu corpus constituído por cinco livros de História do Brasil, publicados no século XIX, a saber: o *Compêndio da História do Brazil*, de José Ignácio de Abreu e Lima (1843), a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854), as *Lições de História do Brazil*, de Joaquim Manoel de Macedo (1861), as *Lições de História do Brazil*, de Raphael Maria Galanti (1896) e as *Lições de História do Brazil*, de Luis de Queirós Mattoso Maia (1898). Vale dizer que grande parte desses autores pertenciam a, pelo menos, uma das instituições citadas. Nesse sentido, o problema de pesquisa consiste em saber até que ponto os paradigmas historiográficos do século XIX foram encorpados à escrita da história do Brasil nos respectivos livros didáticos e qual a repercussão na construção do saber histórico escolar. A partir desse problema, coube averiguar, por exemplo: os acontecimentos mais enfatizados; os sujeitos históricos em evidência; a influência de paradigmas historiográficos; as aproximações e os distanciamentos quanto à periodização dos acontecimentos históricos, entre outros.

No que concerne à definição de um campo teórico para o estudo, adotou-se a perspectiva da História Cultural, tendo em vista a sua estreita relação com a história da Educação, a cultura material escolar e também por ser particularmente diversificada no sentido de abrigar diferentes possibilidades de estudos e objetos atravessados pela polissêmica

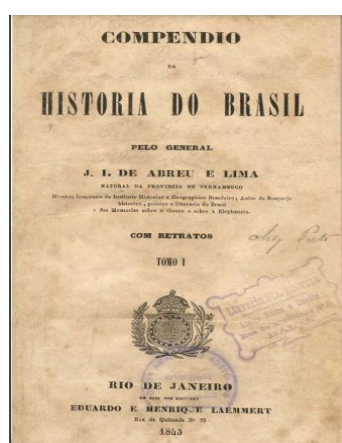
noção de “cultura”, tais como a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as diferentes práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, e também a mediação cultural por meio de intelectuais (VAINFAS, 1997).

A relevância da pesquisa reside, principalmente, na reflexão sobre o papel do livro didático na construção do saber histórico escolar. Isso porque se compreende que o livro didático é depositário de memória e representação do imaginário da sociedade. Os conhecimentos veiculados estão diretamente ligados a um projeto nacional que se coaduna com a legislação educacional materializada em currículos e programas que normatizam a escolarização no país. No âmbito escolar, o livro didático é considerado um elemento de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, constituindo, às vezes, o único recurso didático utilizado pelo professor.

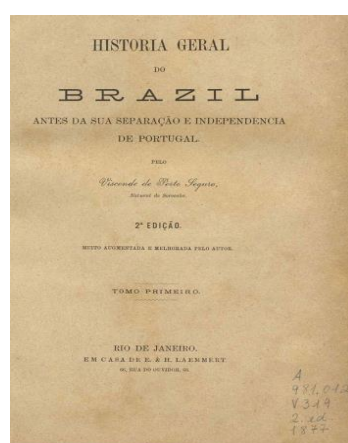
### Sobre o material analisado e os seus autores

Os livros em análise foram encontrados nos sites da Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) e do Laboratório de Ensino e Material Didático – História (LEMAD) da Universidade de São Paulo (USP). A escolha desses livros teve como parâmetro o conteúdo em comum, possibilitando uma análise comparada. Abaixo, apresentamos imagens dos referidos livros.

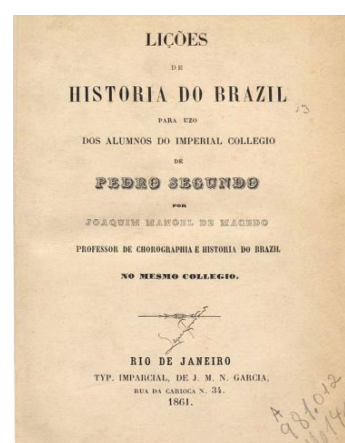
**Figura 1-** Livros didáticos (1843-1898)



Fonte: BDSF<sup>2</sup>



Fonte: BDSF<sup>3</sup>

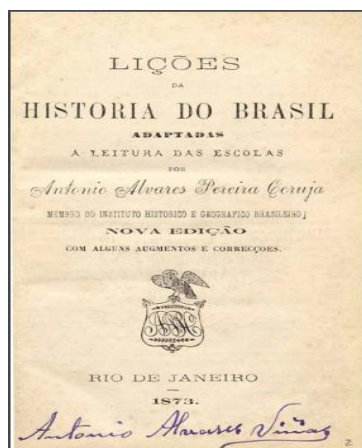
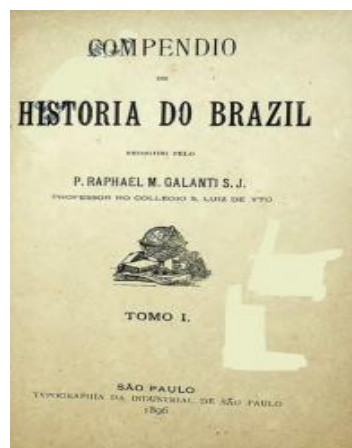
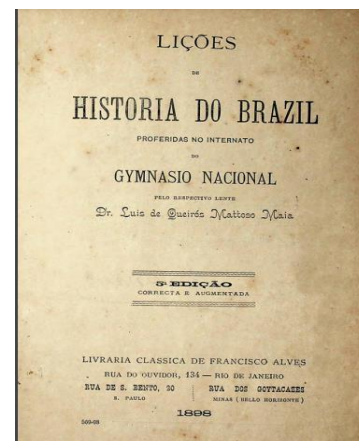


Fonte: BDSF<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182894>. Acesso em: 06 set. 2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242428>. Acesso em: 04 set. 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242433>. Acesso em: 04 set. 2022.

Fonte: Lemad/USP<sup>5</sup>Fonte: Lemad/USP<sup>6</sup>Fonte: Lemad,/USP<sup>7</sup>

Os respectivos autores exerciam as mais diferentes ocupações na sociedade imperial, como professores, militares, religiosos, entre outros – destes, quatro pertenciam ao IHGB e dois foram docentes no Colégio Pedro II. A apresentação dos autores obedecerá à ordem de publicação dos seus respectivos livros. Assim, o primeiro a ser destacado é José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869), militar, político, escritor, jornalista e membro do IHGB (1839). Abreu e Lima pertencia a uma rica família pernambucana, dona do engenho Casa Forte, que, além de abastado, possuía sólida formação filosófica, científica e de línguas, lutou ao lado de Simón Bolívar nas batalhas pela independência do domínio espanhol, ademais, se enganava na luta pela formação da nação latino-americana.

Em 1843, Abreu e Lima escreveu *Compêndio da História do Brasil*, o qual dividia a história do Brasil em oito épocas<sup>8</sup>. Sabendo que no IHGB se discutia sobre a questão da periodização da história do Brasil, esse autor submeteu o seu livro à apreciação desse instituto por meio de carta de apresentação. Francisco Adolfo de Varnhagen foi o parecerista, rejeitou o material, justificando que, além de conter erros graves, principalmente quanto ao domínio da história, a obra era praticamente uma cópia da História do Brasil, de Alphonse Beauchamp, que, por sua vez, plagiou o livro de Roberto Southey. Embora sem a aprovação do IHGB, o livro teve sua importância, pois foi utilizado no renomado Colégio Pedro II, a partir de 1856.

José Honório Rodrigues (1957, p. 156) informou que esse parecer resultou numa “[...] das mais violentas polêmicas da historiografia brasileira”. Foram várias insinuações e

<sup>5</sup> Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/3769>. Acesso em: 04 set. 2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/4198>. Acesso em: 06 ago. 2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/3918>. Acesso em: 06 ago. 2022.

<sup>8</sup> 1) Descobrimto. As primeiras explorações. Estado físico do país; 2) Colonização; 3) Transição para o domínio estrangeiro; 4) Volta ao domínio pátrio. Guerra dos holandeses; 5) Estado da colônia. Melhoramentos. Administração interna. 6) Estabelecimento da Córte no Brasil. Administração del rei; 7) Independência. Administração do Primeiro Império. 8) Menoridade. Administração da Regência. A maioridade.

respostas trocadas pelos autores nas páginas dos jornais da época. Destaca Rodrigues (1957) que essa atitude de Varnhagen foi injusta, pois Abreu e Lima se esforçou para dar uma solução ao problema da periodização da história do Brasil, assunto muito discutido nas seções do IHGB. Desse modo, o livro poderia ser aceito com recomendações de ajustes, coisa que não ocorreu.

Muita coisa há de se dizer sobre Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), mas, por ora, podemos apenas destacar que foi um militar, historiador e diplomata que teve grande influência no Império do Brasil e no IHGB (1840). Os seus bons préstimos à Coroa lhe garantiram o título de Visconde de Porto Seguro. A sua obra mais famosa – a *História Geral do Brasil* – foi publicada em dois volumes entre os anos de 1854 e 1857 e reeditada até 1978. Para Rodrigues (1957), Varnhagen inaugurou a biografia do Brasil oitocentista. Nessa obra, deixou evidente que as origens do Brasil remontavam à época do seu descobrimento. Seguiu algumas das orientações de Martius, principalmente quanto à valorização do branco europeu em detrimento dos indígenas e negros, tudo em nome de um projeto imperial que visava tornar o Brasil um padrão de cultura e projetá-lo no quadro das nações civilizadas. Os enredos temáticos e cronológicos presentes na *História Geral do Brasil* foram seguidos por vários historiadores oitocentistas.

Já o Dr. Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) escreveu *Lições de História do Brasil* (1861). Era médico de formação, mas se enveredou por outros caminhos, como a literatura e a docência. Foi professor do Colégio Pedro II e membro do IHGB. Um dos pontos interessantes do livro de Macedo diz respeito às estratégias didáticas que utilizou para auxiliar na fixação do conteúdo, notadamente o resumo explicativo, o questionário e o quadro sinótico. O autor utilizou o referido quadro para apresentar os personagens importantes na história do Brasil, destacando os seus feitos e atributos. Utilizou uma narrativa factual e linear, ressaltando, entre outras coisas, as estratégias militares e diplomáticas dos sujeitos históricos, característica marcante na obra de Varnhagen. Assinalou ainda que não teve a pretensão de escrever coisas novas, por isso, apenas adaptou os seus escritos com base no que outros já haviam publicado.

A respeito de Frei Raphael Maria Galanti (1840-1917), este publicou *Lições da História do Brasil*, em 1896. Foi jesuíta, historiador e professor em duas importantes instituições de ensino confessionais: o Colégio São Luiz, em Itu e o Colégio Anchieta, em Friburgo. Em 1896, passou a ser membro do IHGB. Galanti era um defensor do ensino de História Pátria, pois entendia que possibilitaria “[...] exercitar os jovens a imitar as façanhas

gloriosas de seus antepassados. Falo das Façanhas gloriosas que não são conhecidas porque o “estudo de História pátria entre nós ainda está pouco generalizada” (1895, p. 318).

Apesar de reconhecer a importância de Varnhagen para a escrita da história do Brasil, o entendimento desse religioso era o de que tal historiador pecou por anacronismo e exagerou quanto à condenação “[...] dos desumanizadores do selvagem, aplaudindo as bandeiras assassinas que os destruíam em hecatombes horríveis, ou legitimando a escravidão das míseras vítimas escapadas à morte e caçadas como feras” (GALANTI, 1895, p. v).

Por fim, Luís de Queirós Mattoso Maia, o quinto autor, publicou, em 1898, *Lições de História do Brasil*. Em 1879, foi aprovado em concurso público para o quadro de professores do Colégio Pedro II, defendendo a tese *Progressos do Brasil no século XVIII até a chegada da Família Real*. Esse catedrático lecionou História Universal e Corografia do Brasil entre os anos de 1838 e 1920. De acordo com Santos (2011, p. 67), “Mattoso Maia foi o único catedrático do Império que não era sócio do IHGB”. No seu livro, consta parecer do Conselho Litterario da Inspeção Geral da Instrução Pública de Pernambuco, para as escolas secundárias o qual diz: “[...] pela leitura e confrontação com outros compêndios da mesma matéria, considera a referida obra como o melhor compêndio de História do Brasil até hoje publicado, e é de parecer que seja aprovado para uso dos estabelecimentos de instrução secundaria da província” (MAIA, 1898, p. 3).

### **A análise do conteúdo sobre o descobrimento do Brasil e as primeiras explorações**

Iniciamos esta seção com alguns questionamentos acerca do tema, tais como: houve navegadores que chegaram no Brasil antes de Pedro Álvares Cabral? Que país teria o crédito pelo descobrimento? A Coroa portuguesa já sabia da existência das terras do Brasil? O descobrimento do Brasil pode ser dissociado do descobrimento da América? De antemão, ressaltamos que não podemos compreender o *descobrimento do Brasil* fora do processo de *expansão marítimo-comercial*, caracterizada pelas *Grandes Navegações*, a qual proporcionou à Europa a ampliação de suas atividades comerciais e, conseqüentemente, o acúmulo de capitais. Ao menos, três fatores explicam esse processo de expansão ocorrido entre os séculos XV e XVI: a centralização das monarquias europeias, o mercantilismo e o crescimento da população europeia.

No que concerne ao nascimento do Brasil, pelo menos duas teses foram difundidas a partir do século XIX. A primeira é a da *casualidade*; e a segunda, da *intencionalidade*, como veremos adiante. Diante do exposto, esta seção tem o objetivo de

analisar nos livros didáticos o conteúdo sobre o *descobrimento do Brasil e as primeiras explorações*, no intuito de identificar se tal conteúdo encontra lastros nos paradigmas historiográficos do século XIX, entendendo-se que “[...] toda historiografia depende, por um lado, da problemática que ela se formula, e, por outro, dos documentos de que dispõe. E, se uma historiografia se encontra bloqueada, isto se deve às vezes à falta de documentos, às vezes de uma prática esclerosada” (VEYNE, 1983, p. 11).

### *Os precursores de Cabral*

Embora Pedro Álvares Cabral seja considerado o descobridor oficial do Brasil, alguns livros e documentos apontaram que outros navegadores estiveram em período anterior à viagem desse navegador português. Varnhagen (1854, p. 25) comenta que, em 1499, Alonso de Hojeda, acompanhado de Americo Vespúcio, encontrou “[...] uma terra alagada, e segundo toda a probabilidade sobre. uma das bocas do Rio das Piranhas ou do Apotly”. De acordo com Maia (1898, p. 10), Hojeda “[...] percorreu 200 léguas do litoral da parte setentrional do continente sul-americano, desde a base da península de Pária para sudeste, até 4 1/2° de latitude norte, terra de Santo Ambrósio [...]”.

Sete meses depois aportou um pouco ao sul, ao que parece, da paragem em que estivera Hojeda, o célebre marítimo companheiro de Colombo em sua primeira viagem Vicente Yanez Pinzon.– Fosse ou não o cabo de Santo Agostinho que Pinzon chamou de Rostro-Hermoso, e segundo outros de Consolacion não podemos pôr em dúvida que este navegador então correu a costa septentrional do Brasil até o Mar Doce, que se estende, de trinta a quarenta léguas pelo oceano, desde a foz do Amazonas (VARNHAGEN, 1854, p. 25).

Galanti (1895) corrobora com essas informações, confirmando que expedições espanholas estiveram na costa brasileira muito antes de Cabral. A esse respeito, ressaltou o seguinte:

Obriga-nos a imparcialidade a referir que antes de Cabral a costa do Brasil fora visitada pelos espanhóis seguinte: – 1) Alonso de Hojeda, que em companhia Américo Vespúcio e de João de La Cosa em junho de 1499 surgiu provavelmente na foz do rio Apody ou das Piranhas ou no delta do Assú no Rio Grande do Norte. – 2) Vicente Yanez Pinzón, que saindo de Palos a 18 de novembro de 1499, avistou (25 de janeiro de 1500) o promontório de S. Maria de la Consolacion, o qual, segundo alguns, seria o cabo de S. Agostinho; no ver de outros, a ponto do Mucuripe no Ceará. Navegando para o norte, chegou Pinzon ao Amazonas que denominou Mar Doce; ao Cabo de S. Vicente, hoje de Orange; e ao Oyapock que, durante algum tempo, se ficou chamando Rio Pinzon. – 3) Diogo de Lepe, que,



partindo de Palos em dezembro de 1499, visitou um porto do norte, e lutou com o gentio do Maranhão. Contudo a glória do descobrimento do Brasil tem com justiça ficado a Portugal, já porque os espanhóis não fizeram mais que reconhecer algum ponto de suas costas, e Cabral tomou solene posse da terra; já porque o feliz descobrimento de Pedro Alvares foi quase imediatamente anunciado à Europa pelo rei D. Manoel. Si, pois, a Espanha goza da anterioridade cronológica, a Portugal cabe a anterioridade social (GALANTI, 1895, p. 36).

Varnhagen (1854, p. 26) ressaltou que “[...] aproximadamente um mês depois de Pinzón, aportou nessas mesmas paragens Diego de Lepe com duas caravelas; tendo-lhe, porém, os índios do rio Maranhão morto onze dos seus”. Macedo (1861, p. 30), por sua vez, informou que “Diego de Lepe e com duas caravelas aportou pouco mais ou menos um mês depois de Pinzon no mesmo ponto em que este se achara, e teve por sua vez de lutar com o gentio do Maranhão”.

#### *A viagem de Cabral e as hipóteses sobre o descobrimento do Brasil*

Sabemos que um dos motivos da viagem de Cabral em 1500 foi o interesse da Coroa portuguesa pelo atrativo comércio das especiarias, Portugal estava em vantagem quanto a outros países, principalmente pela sua localização geográfica, pelas boas embarcações e também porque dominava as técnicas de navegação – aspectos fundamentais para prosperar por meio do comércio marítimo. Portugueses e espanhóis queriam comprar as especiarias direto dos mercados orientais, principalmente na Índia. Para tanto, seria preciso encontrar outro caminho, evitando o Mediterrâneo, cuja rota era quase toda controlada pelos turcos otomanos<sup>9</sup> e pelos italianos, notadamente os genoveses e os venezianos. Quem conseguisse controlar esse comércio, poderia adquirir as mercadorias por preços bem em conta, vendê-las na Europa e conseguir altos lucros.

O grande problema, até então, era encontrar uma maneira de atravessar o Egito pelos mares da Índia, de modo que comércio das especiarias fosse realizado, tomando-se um rumo bem mais fácil e cômodo pela Europa (VARNHAGEN, 1854). Acerca desse tema, Varnhagen comenta que as terras do Império do Brasil se tornaram uma propriedade de Portugal “[...] não em virtude do chamado direito de conquista, ou de descobrimento, equivalente ao de primeiro ocupante; mas sim em virtude de um tratado solene, feito com a

---

<sup>9</sup> Sabe-se que, em 1453, os turcos otomanos tomam Constantinopla, assumindo o controle de rota milenar na qual eram transportadas todas as especiarias e riquezas (cravo, pimenta, noz-moscada, canela, entre outros), como pedras preciosas, do Oriente para o Ocidente.

nação que descobrira as Índias Ocidentais, e sancionado pelo Sumo Pontífice” (VARNHAGEN, 1854, p. 10).

Como se percebe, a igreja católica exercia forte influência na sociedade, além de os papas disporem de poder de decisão sobre quaisquer questões que envolvessem as potências cristãs da Europa, isto é, aquelas que “[...] ainda não dissidentes por cismas ou heresias, e formando todas uma espécie de confederação de que era chefe o mesmo pontífice, tinha para as mesmas a força e prestígio de um direito a que elas próprias se haviam sujeitado” (VARNHAGEN, 1854, p. 10).

Em 1492, os reis católicos da Espanha, Dom Fernando II, de Aragão e Isabel I, de Castela, aprovaram um audacioso plano de navegação elaborado pelo genovês Cristóvão Colombo<sup>10</sup>, que consistia em “[...] descobrir e patentear as terras desconhecidas da Ásia, seguindo caminho oposto àquele, que tratavam de abrir os navegantes portugueses” (MACEDO, 1861, p. 13-14). Colombo, desejando navegar rumo ao Ocidente para chegar à Índia, apresentou primeiramente esse plano a D. João II, de Portugal, que rejeitou por estar convencido de que o caminho mais propício para chegar ao Oriente seria contornando o sul da África. Para Galanti (1895, p. 3), Colombo “[...] entendeu que o caminho marítimo para a Índia mais facilmente se acharia navegando na direção do Oeste até ir dar na costa oriental desse país”.

Assim, “[...] partindo de Palos a 3 de agosto de 1492 com três embarcações, Santa Maria, Pinta e Nina, descobriu Colombo uma ilha (Guanahany) que deu o nome ele S. Salvador, 12 de outubro de 1492” (MAIA, 1898, p. 7). Tão logo essa notícia chegou a Portugal, D. João II, mesmo arrependido por não ter “aceitado os serviços do ilustre genovês”, tratou de reivindicar uma parte da terra descoberta. Decerto, a descoberta de Colombo ocasionou uma disputa diplomática entre Portugal e Espanha, problema resolvido por meio da *Bula Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493, em que: “[...] o papa Alexandre VI declarou que a partir de uma linha imaginária, traçada de um a outro polo na distância de cem léguas ao Oeste dos Açores e das ilhas de Cabo Verde, pertenceria à Espanha o Ocidente, a Portugal o Oriente” (GALANTI, 1895, p. 3-4).

D. João II não ficou tão satisfeito com a tal divisão e continuou protestando, o que culminou no Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494. Com esse tratado, a

---

<sup>10</sup> Cf. Macedo (1861, p. 3), Colombo preferiu apresentar o seu projeto a Portugal e Espanha porque “[...] a Inglaterra devorada pela guerra civil das duas rosas podia somente cuidar no restabelecimento de sua paz interna, e em curar suas profundas feridas. Nem mesmo recorreria Colombo confiadamente à França, que passara do domínio de um rei todo positivo e avaro para o de um príncipe aventureiro, que se arrojava às conquistas tão fáceis de realizar como difíceis de conservar”.

distância passou para 370 léguas a oeste de Cabo Verde, permitindo, desse modo, que os navios provenientes dos territórios ultramarinos<sup>11</sup> pudessem fazer o contorno necessário para a viagem de volta ao reino. Assim, as duas coroas dividiram as terras já descobertas e ainda a descobrir fora da Europa. Mas realmente seria preciso toda aquela distância para os navios manobrem? O fato é que essa demarcação das 370 léguas incluiria o Brasil. Interessante pontuar que Portugal, além de outras estratégias, utilizava-se de acordos – validado pelo Papado – para assegurar os seus territórios. Era tudo cuidadosamente documentado e guardado na Torre do Tombo.

Macedo (1861, p. 20) destaca que:

[...] a convenção de Tordesilhas era portanto apenas uma modificação da bula de Alexandre 6º, e nem foi, nem poderia ser bastante positiva para impedir futuras com- aplicação, e para resistir à força dos interesses da duas potencias, e a natureza dos próprios descobrimentos, que deviam não tarde torná-la inadmissível.

Cabe ressaltar que o Tratado de Tordesilhas não foi cumprido na sua totalidade e a sua extinção ocorreu quando a Espanha anexou Portugal à sua monarquia, instituindo a União Ibérica (1580-1640), que, futuramente, traria grandes consequências na colonização do Brasil.

Após o regresso de Colombo, “[...] não se demorou D. Manuel, o Venturoso em aprontar uma notável expedição com o fim de descobrir o resto do caminho das Índia e tomar posse de todo o país que lhe pudesse caber em virtude do tratado de Tordesilhas” (GALLANTI, 1895, p. 4). Essa decisão foi embasada nos documentos e mapas que encontrou de seu antecessor – D. João II – os quais mostravam planos de navegação para se chegar à Índia. D. Manoel, buscando financiamento para as viagens, procurou apoio junto à nobreza, a igreja e ao um mercador florentino, radicado em Lisboa, Girolamo Sernigi (1453-1527), este, por sua vez, montou uma expedição e exigiu que ela fosse chefiada por um nobre.

Tal exigência foi atendida por D. Manuel, escolhendo o navegador e explorador português Vasco da Gama (1469-1524), que, por sua vez, partiu de Lisboa em 8 de julho de 1497 no comando de duas naus e uma caravela, seguindo a rota já experimentada pelos exploradores anteriores, como Bartholomeu Dias, ao longo da costa africana, notadamente pelo Tenerife e o arquipélago de Cabo Verde. Fonseca (1900, p. 58) assinala que Vasco da Gama partiu “[...] com viveres para dois anos, a percorrer o caminho marítimo pelo Cabo, tão distante, tão difícil de transpor, que Duarte Pacheco dizia no Esmeraldo: quatro mil léguas de tão perigosa navegação como é de Portugal às índias”.

---

<sup>11</sup> São regiões geograficamente separadas da sede do país que fazem parte. Em sua maioria, são ilhas localizadas em continentes diferentes de suas nações comandantes.

Após atingir a costa da atual Serra Leoa, Vasco da Gama se desviou para o sul em mar aberto, contornando a região de calmaria da linha do Equador, rota essa que Bartolomeu Dias (1450-1500) já havia identificado desde 1487. Em 16 de dezembro de 1497, a frota chega ao Rio do Infante, na atual África do Sul, e desse ponto em diante navegaria em mar até então desconhecido pelos europeus. Em 2 de março de 1498, completou o contorno da costa africana (périplo africano) e continuou a viagem até que em 20 de maio de 1498 a frota chegou a Calicute, estabelecendo o caminho marítimo dos europeus para a Índia (FONSECA, 1900).

Assim que Vasco da Gama chegou a Portugal, em 1499, e deu notícias da navegação à Índia “[...] determinou El-Rei D. Manoel mandar no seguinte ano uma armada para visitar os Reis daquela costa, fazer com eles alianças, e formar alguns estabelecimentos, que pudessem servir ao mesmo tempo de escala e feitoria de comércio na viagem e na volta das Índias [...]” (ABREU E LIMA, 1843, p. 1). De acordo com Macedo (1861, p. 23) “[...] a importância desta expedição reclamava um homem de capacidade e prestígio para dirigi-la. Pedro Alvares Cabral, descendente de nobre estirpe, governador da província da Beira e senhor de Belmonte, foi escolhido para comandar essa esquadra”. Macedo (1861, p. 24) nos informa que, houve: “Uma pequena solenidade marcou a partida daqueles que deviam continuar a obra começada pelo Gama: na espera do dia designado para ela El-Rei D. Manoel seguido da sua corte, e de numeroso concurso que povo dirigiu-se para a Igreja do mosteiro de Belém”.

Cabral foi incumbido de fazer negócios nas Índias e instalar uma base para estabelecer o comércio com o Oriente. Porém, antes de chegar até a esse território, deveria verificar a existência de terras dentro dos limites do Tratado de Tordesilhas, que pudessem pertencer a Portugal. Interessante destacar que a armada organizada para a viagem de Cabral era bem maior do que a de Colombo. Além disso, o tempo de retorno também foi menor. Desse modo, custa-nos acreditar que Portugal desconhecia qualquer informação de que havia terras a oeste do Atlântico, já que o Tratado de Tordesilhas garantia o direito a essa circunscrição geográfica.

No tocante à partida da esquadra de Cabral, Galanti (1895, p. 4-5) comenta que foi “[...] a maior das que até então tinham saindo do Tejo para terras longínquas; pois constava de dez caravelas e de três navios redondos, tripulados por 1200 ou 1500 homens”. Entre os tripulantes estavam missionários religiosos e negociantes particulares, e todos estavam sob a capitania mor de Pedro Álvares Cabral.

Cabral recebeu instruções para se afastar “[...] o mais que pudesse da Costa da África, não só para evitar as calmarias, como também para livrar das moléstias que tinham sofrido as tripulações de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama” (MAIA, 1898, p. 12). Galanti informa que a tripulação de Cabral tinha como pagamento um vencimento em cruzados e mais o direito de transportar algumas mercadorias nas naus, como, por exemplo, pimentas. O autor (1895, p. 5) também comenta que, “[...] no dia 21 de abril, terça-feira de Páscoa, deparou Cabral com sinais de próxima terra”. Tais sinais eram “[...] ervas marinhas, aves aquáticas, madeiras flutuantes, e também as águas do oceano não tanto azuladas, e sim antes esverdeadas, como se nota perto das costas” (MAIA, 1898, p. 13). No dia 22 de abril desembarcaram na costa onde “[...] reuniu Cabral a sua esquadra, e mandou dar fundo a 6 léguas ele terra a que chamou de Vera Cruz. Tendo dado o nome de Paschoal ao monte, que primeiro tinha avistado, por causa de ter sido no oitavario da Páscoa” (MAIA, 1898, p. 13).

Esse foi o primeiro reconhecimento da terra, ocasião na qual se depararam com os habitantes do local – os indígenas – e logo tentaram uma comunicação, que, de pronto, não foi exitosa, pois “[...] os esforços dos intérpretes de línguas africanas e asiáticas, que iam no batel, para se fazerem entender. Assim, o primeiro trato com aquela gente se reduziu a algumas dadas Ou escambos feitos de parte a parte, e mediante as costumadas prevenções” (VARNHAGEN, 1854, p. 14). “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos, e bons narizes, bem-feitos; andam nus, sem nenhuma cobertura, nem estimam nenhuma coisa cobrir, nem mostrar suas vergonhas” (VARNHAGEN, 1854, p. 15).

Para Galanti (1895, p. 6), “[...] supôs Cabral que a terra descoberta fosse uma ilha; condecorou-a com o nome de Vera Cruz, que dentro em breve se mudou no de Santa Cruz, parte por causa da solenidade da Pascoa que acabava de passar”. O nome Ilha de Vera Cruz logo foi mudado para Terra de Santa Cruz e, mais tarde, Brasil, um litoral atlântico da América Portuguesa. Varnhagen (1854, p. 17) salienta que, apesar de todo crédito dado a Cabral pelo dito descobrimento, mas foi “[...] Vasco da Gama, que dirigiu o rumo dos pilotos de Cabral, é, que se deve verdadeiramente o feliz achamento do Brasil”.

A respeito das teses sobre o descobrimento, estas dividiram opiniões de cronistas e historiadores – brasileiros e portugueses – desde o século XVI. Uns defendiam a tese da *casualidade*, outros, a da *intencionalidade*. Os que sustentam a primeira tese, salientaram que Cabral teria saído de Portugal em 1500 em direção à Índia e, durante o trajeto – seguindo ao conselho do navegador Vasco da Gama –, teria desviado a rota para evitar a calmaria do golfo da Guiné, pois neste havia pouco vento o que normalmente ocasionava a paralização das velas

dos navios. Nesse desvio, as correntes marítimas teriam levado a armada para outra direção, em que, ocasionalmente, encontrou as terras depois chamadas de Brasil.

Com relação a essa primeira tese, há de se questionar se realmente o referido desvio teria ocasionado uma mudança total de rota a ponto de que Cabral e sua armada não pudessem continuar com a viagem à Índia. Nesse contexto, Frei Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil*, escrita em 1627, ressaltou que Pedro Álvares Cabral, atendendo às orientações de D. Manoel, “[...] afastando-se da costa de Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou outra ao Ocidente, da qual não havia notícia alguma; foi a costeando alguns dias com tormenta até chegar a um porto seguro, do qual a terra vizinha ficou com o mesmo nome” (SALVADOR, 1918, p. 13).

Para Abreu e Lima (1843, p. XX) “[...] o acaso lhes deparou o domínio de uma das mais vastas regiões do hemisfério Ocidental, o Brasil, que [...] devia ser um dia, segundo a ordem eterna dos acontecimentos, o refúgio da monarquia portuguesa, a sede do seu poder”. Mesmo entendimento teve Varnhagen (1854, p. 13), ao explicar que Cabral seguiu as orientações de Vasco da Gama no sentido de se afastar da costa da África “[...] e naturalmente ajudado a levar pelas correntes oceânicas ou *pelágicas*, quando se achava com mais de quarenta dias de viagem, aos 22 de abril, avistou a oeste terra desconhecida”.

Macedo (1861) acrescenta que tanto Cabral quanto outros navegadores, embora experientes, não tinham conhecimento sobre as terríveis correntes oceânicas, tanto que seguiu as instruções que recebeu do rei D. Manoel para se afastar na altura de Guiné. De acordo o historiador, “[...] arredando-se, pois determinadamente da costa africana, e involuntariamente descaindo muito para o ocidente Pedro Alvares Cabral no fim de quarenta e quatro dias de viagem sentiu-se surpreendido vendo pássaros e ervas, que anunciavam próxima alguma terra” (MACEDO, 1861, p. 25).

Quanto à tese da *intencionalidade*, aqueles que a defendem recorrem a alguns documentos, como, por exemplo, bulas papais, registros de viagem, mapas – entre outros –, os quais trazem indícios que Cabral tinha a intenção ou foi orientado a chegar ao Brasil antes de seguir a Índia. Tais documentos já mostravam as terras, as quais mais tarde seriam o Brasil, e apenas ainda não tinham sido visitadas oficialmente pelos portugueses. Em relação a essa hipótese, ainda cabe a dúvida se o litoral brasileiro de fato já seria conhecido pelos navegadores, principalmente considerando que esse constituía paragem para os navios aportarem durante as viagens a costa da África para fins de reparos e abastecimento.

No Brasil, o historiador Capistrano de Abreu (1883, p. 39) foi um dos defensores da tese da intencionalidade, fundamentando a sua opinião em determinadas publicações, como

a de Joaquim Norberto cujo “[...] principal fundamento de sua opinião é um trecho da carta escrita de Porto Seguro a D. Manoel por mestre Johanes Emenelaus. Diz o mestre que em um antigo mapa-múndi, pertencente a Pero Vaz Bisagudo, poderá el-rei ver o sítio da terra”.

Para Capistrano de Abreu (1883, p. 39-40), “[...] o descobrimento do Brasil explica-se muito mais facilmente pela viagem de Vasco da Gama, pelas instruções que redigiu e pelo meio social”. Complementou sua opinião dizendo o seguinte: “[...] é pois, fora de dúvida que Vasco da Gama teve não suspeita, como nos assegura Camões, mas certeza de uma terra ainda não conhecida” (ABREU, 1883, p. 41). Como se percebe, a exceção de Capistrano de Abreu, os demais autores trabalharam com a tese da casualidade. Talvez o que mais pôs em dúvida a tese da intencionalidade é que se realmente a viagem de Cabral tivesse sido exclusiva ao Brasil, esse navegador não teria continuado o trajeto rumo à Índia, muito menos enviado uma nau para anunciar o descobrimento.

No tocante à questão de quem de fato descobriu o Brasil, se franceses, espanhóis ou portugueses, Galanti (1895) diz que a glória pelo descobrimento do Brasil foi devolvida a Portugal, principalmente porque os espanhóis apenas exploraram algum ponto de suas costas, enquanto Cabral tomou solenemente a posse da terra. Além disso, tal descobrimento, de imediato, foi anunciado à Europa e validado pelo rei D. Manoel. Assim, “[...] se, pois, a Espanha goza da anterioridade cronológica, a Portugal cabe a anterioridade social” (GALANTI, 1895, p. 7).

#### *As primeiras explorações de reconhecimento do litoral brasileiro*

Macedo (1861, p. 33) informou que o rei D. Manuel (1469-1521), após tomar notícia do descobrimento do Brasil por meio de Gaspar de Lemos, “[...] se empenhou desde logo em assegurar à sua coroa a posse de uma terra que pelas informações dos seus descobridores não pouco se recomendava”. Então, decidiu enviar expedições à terra recém-descoberta no intuito de explorá-la e defendê-la em nome de Portugal, bem como verificar as suas potencialidades. Sobre essas expedições, os livros deixaram muitas dúvidas a serem esclarecidas, como, por exemplo, a data exata em que os navegantes saíram e retornaram a Portugal, a composição da frota, entre outros.

Abreu e Lima (1843, p. 7) salientou que “[...] fora de toda a dúvida que a primeira esquadra expedida para este exame constava de três caravelas, que saíram do Tejo em Maio de 1501, debaixo do comando de Gonçalo Coelho”. Varnhagen (1854, p. 19) complementa que a essa frota exploradora também se atribuem as paragens de “Santo Agostinho, rio de S.

Francisco, cabo de S. Thomé, rio de Janeiro, angra dos Reis, ilha de S. Sebastião, portos de S. Vicente e da Cananéia, e cabo de Santa Maria”.

Para Maia (1898, p. 10), Varnhagen se inclinou a admitir que “[...] o chefe da primeira expedição foi D. Nuno Manoel, irmão do Camareiro-Mór, e que, por não ser ele um nauta entendido, o Rei de Portugal mandara também Américo Vespúcio”. Macedo (1861, p. 34) asseverou que “[...] duas esquadilhas destinadas a explorar a nova terra descoberta por Cabral saíram de Portugal nos anos de 1501 e 1503: a primeira constou de três e a segunda de seis caravelas; mas não se pode dizer ao certo quem fosse o capitão ou chefe de qualquer delas”.

Galanti (1895, p. 8) também informou que houve uma expedição em 1503, de onde seu “[...] seu capitão-mor foi Gonçalo Coelho, comandando Vespúcio um dos navios”. Abreu e Lima (1843), por outro lado, asseverou que provavelmente o comandante dessa segunda expedição fora Christovão Jacques, quanto ao piloto este, não foi confirmado. Varnhagen (1854, p. 20) assinalou que o verdadeiro objetivo da segunda expedição era “[...] era seguir pela costa do sul, até achar passagem para os mares da Ásia, em busca da riquíssima Malaca”<sup>12</sup>.

Macedo (1861) informou que a expedição de 1503 chegou em uma ilha a qual foi batizada de São João e, mais tarde, de Fernando de Noronha, e, ao se dirigir para o Sul, chegou em um porto, o qual chamou de Bahia de Todos os Santos, ancorando depois em Porto Seguro e fundando uma feitoria denominada de Santa Cruz, Vera Cruz. Observa esse autor que “[...] também se sustenta com fundamento que o nome de Santa Cruz dado à feitoria se estendeu à toda a terra descoberta, que assim trocou por esse o de Vera Cruz. que lhe pusera Cabral” (MACEDO, 1861, p. 36).

Ainda sobre essa questão, Maia (1898, p. 19) comentou que o senador Candido Mendes supôs que “Gonçalo Coelho em 1503 não vinha fazer descobertas no Brasil, mas que ia pela costa do Brasil ao sul até encontrar a passagem que o levasse a Malaca, objetivo que não conseguiu, mas foi depois alcançado por Fernando de Magalhães”. Maia (1898, p. 18) pontuou que as divergências dos autores em torno das primeiras explorações do Brasil decorrem “[...] não só da falta absoluta do Diário ou Roteiro de viagem dos primeiros exploradores, como também da perda das obras América Portuguesa de Manoel de Faria, e Terra de Santa Cruz, de João de Barros”.

---

<sup>12</sup> A malaca a que se referiu esse historiador era uma colônia portuguesa, uma cidade da atual Malásia que, durante o século XVI foi elevada ao status de um grande centro do comércio de especiarias no século, ligando o oriente ao ocidente.



### Considerações finais

Como foi ressaltado na parte introdutória deste texto, tivemos como objetivo identificar a influência historiográfica do século XIX nos livros de História do Brasil publicados entre os anos de 1843 e 1898. Percebemos que, das obras consultadas, quatro citaram Varnhagen como referência a alguma questão. A forma de narrativa também é muito parecida com a empregada na *Historia Geral do Brasil*, especialmente quanto à exaltação ao nacionalismo e aos heróis, bem como a apresentação dos fatos seguindo a uma ordem cronológica, características bem presentes no historicismo.

A forma utilizada para a composição deste artigo, isto é a construção de seções temáticas a partir de trechos extraídos dos livros didáticos analisados, permitiu percebermos consensos, aproximações e distanciamentos entre os autores. Como exemplo, na parte que aborda a viagem que resultou no descobrimento do Brasil, constatou-se consenso entre José Ignácio Abreu e Lima, Joaquim Manoel de Macedo, Raphael Galanti e Luis de Queirós Mattoso Maia em destacar que, após o regresso de Vasco da Gama e o informe sobre as riquezas das Índias, o rei D. Manoel ordenou uma nova viagem com a finalidade de fazer aliança com as Índias e estabelecer escala e feitorias para o comércio das especiais. Apenas o frei Raphael Galanti acrescentou a propagação da religião cristã como mais um motivo.

Em relação à viagem de Cabral, a maioria dos autores informaram que esse navegador português saiu do Tejo em 9 de março de 1500 – com uma armada composta por 13 embarcações –, tendo descoberto o Brasil no dia 22 de abril do mesmo ano. Quanto à tese acerca do descobrimento, todos os autores trabalharam com a ideia de *casualidade*, ressaltando que Cabral seguiu as orientações do rei D. Manoel para que, às alturas do Golfo da Guiné, afastasse-se da Costa da África para evitar as calmarias, já que os navios precisavam de ventos para velejar.

No que concerne à presença de outros navegadores antes de Cabral, à exceção de Abreu e Lima, os demais autores apontaram Vicente Yanez Pizon e Diogo de Lepe como precursores. A tese sobre a intencionalidade foi enfatizada por Capistrano de Abreu, mas, somente após a morte de Varnhagen, assinalando que países como França, Espanha e Portugal disputaram a glória pelo descobrimento do Brasil. Decerto Varnhagen foi um autor bem referenciado pelos demais, o que não o livrou de críticas (pós-morte) por parte de outros, como o próprio Capistrano de Abreu e o general Abreu e Lima, embora tenham feito isso de forma muito respeitosa, embasados em documentos que julgaram pertinentes para sustentar as suas argumentações. Em linhas gerais, a história do Brasil pelos autores em apreço é centrada

na exaltação dos valores da monarquia imperial e na valorização do colonizador português, não se distanciando, assim, do que propôs Martius quanto às orientações na escrita da história do país.

## Referências

### Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Descobrimento do Brasil e seu descobrimento no século XVI*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

ABREU E LIMA, José Inácio de. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. t. 1.

FONSECA, Faustino da. *A descoberta do Brasil*. Lisboa: Typographia da Empresa do Jornal O Século, 1900.

GALANTI, Raphael Maria S. J. *Lições de História do Brazil*. 2. ed. São Paulo: Typographia da Industrial de São Paulo, 1895.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brazil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de J. M. N. Garcia, 1861.

MAIA, Luis de Queirós Mattoso. *Lições de História do Brazil proferidas no internato do Gimnasio Nacional*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Francisco Alves, 1898.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II: a década de 1970: entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a História e os Estudos Sociais*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brazil*. Madrid: Imprensa de V. de Dominguez, 1854. t. 1.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.